

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA CONCOMITANTE: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ana Paula Marinho de Lima[\*]  
Francisca Leidiana de Souza[\*\*]  
Francisco das Chagas Silva Souza[\*\*\*]

---

[\*]Mestranda em Ensino - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN [ninapaula01@hotmail.com](mailto:ninapaula01@hotmail.com)

[\*\*] Mestre em Ensino - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN [leidy\\_uerntour@hotmail.com](mailto:leidy_uerntour@hotmail.com)

[\*\*\*]Doutor em Educação - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN [chagas.souza@ifrn.edu.br](mailto:chagas.souza@ifrn.edu.br)

## Resumo

Em 1997, entra em vigor, aprovado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o Decreto nº. 2.208, o qual reformou a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Conforme esse Decreto, a EPT, em nível médio, passaria a ser ofertada de duas formas: a concomitante e a subsequente, observando-se a separação entre o ensino profissional e o Ensino Médio, ou seja, a formação geral. Em 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto 2.208/1997 foi revogado por meio do Decreto nº. 5.154/2004, mas foram mantidas as formas concomitante e subsequente, além da integrada. O objetivo deste artigo é mapear a produção do conhecimento a respeito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Concomitante. Para tanto, foi realizado um estado do conhecimento com base nos dados encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Durante a pesquisa, utilizamos as palavras “Ensino Médio Concomitante”, com o uso de aspas, sendo encontradas 08 (oito) dissertações, porém, apenas 07 (sete) foram localizadas para leitura e análise. Esse levantamento nos mostra uma carência de investigações acadêmicas acerca da Concomitância entre os ensinos profissional e o médio, visto que essa forma de articulação, prevista na nossa Lei de Diretrizes e Bases, está presente em um número considerável de instituições, públicas e privadas, que ofertam a Educação Profissional Técnica de nível Médio no Brasil, demonstrando a necessidade de mais estudos e relatos de experiências sobre esse tema.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Curso Técnico Concomitante. Estado do Conhecimento.

## Introdução

Na década de 1990, entra em vigor, no contexto da reforma da Educação Profissional e Tecnológica, o Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997, sancionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir desse Decreto, o ensino profissional passou a ser ofertado de duas formas: a Concomitante e a Subsequente, reforçando, assim, a dualidade entre a formação para o trabalho e a propedêutica. Mais tarde, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, revogou o Decreto nº. 2.208/1997, criando a forma Integrada de articulação entre o Ensino Médio e o Técnico, mas mantendo as formas Concomitante e Subsequente.

Diante da ampla produção acadêmica que tem sido realizada sobre o Ensino Médio Integrado (os eventos, os periódicos e as dissertações e teses do campo da EPT atestam nossa afirmação), resolvemos fazer um mapeamento da produção do conhecimento acerca da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Concomitante (doravante Ensino Médio Concomitante, assemelhando-se à designação dada ao Ensino Médio Integrado, ao invés Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Integrada), com o intuito de conhecer quais as produções existentes sobre essa forma de articulação da Educação Profissional ao Ensino Médio, prevista na LDB, Lei 9.394/1996.

Para tanto, foi realizado um estado do conhecimento utilizando os dados encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Compreendemos, com base em Romanowski e Ens (2006), que as pesquisas consideradas como estado do conhecimento são aquelas que abordam apenas um setor de publicações sobre o tema estudado, diferenciando-se da pesquisa do tipo estado da arte. Porém, ambas têm os mesmos objetivos, o “[...] de compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento, como em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações” (2006, p. 39). Ainda para as autoras, a pertinência desse tipo de pesquisa está na contribuição durante a construção do campo teórico de uma área de conhecimento.

Como respaldo, adotamos, como tipo de pesquisa, o método misto, que aborda tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos, por nos permitir obter uma compreensão mais aprofundada sobre o tema pesquisado (MINAYO; SANCHES, 1993).

O trabalho está dividido em duas partes: na primeira, realizamos uma discussão acerca do Ensino Médio Concomitante. Na segunda, apresentamos e analisamos os dados encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a respeito dos estudos que abordam o Ensino Médio Concomitante em suas pesquisas.

### **Ensino técnico de nível médio na forma concomitante: origens**

Na década 1990, a sociedade brasileira vivenciou transformações significativas nos setores econômicos, políticos, sociais e educacionais em face do aprofundamento da política neoliberal. Nesse momento, o Estado passa a exercer um papel de coadjuvante, no que se refere às políticas públicas, dando maior oportunidade à lógica do mercado. No âmbito da educação, por meio de instituições internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o Governo Federal anunciou uma série de medidas que visavam mudanças significativas, principalmente na EPT, sobretudo, a ofertada pela Rede Federal.

Uma das ideias sustentadas pela reforma, foi a desvinculação do Ensino Médio do Técnico, sob a alegação da diminuição de gastos. Para os organismos internacionais, a longa duração dos cursos técnicos, ofertados pelas instituições de ensino profissional, elevava o seu custo e não centralizava seus esforços na qualificação de mão de obra para o atendimento às demandas do mercado de trabalho.

Fruto dessa discussão nos anos 1990, o Ministério da Educação elaborou o documento “Planejamento Político-Estratégico para 1995/1998”, o qual já fazia referência à separação entre o Ensino Médio e o Técnico. Em 1995, outra proposta foi apresentada como alternativa pelo Ministério do Trabalho (MTB) denominada “Questões Críticas da Educação Brasileira”, que abordou a problemática da educação profissional dentro da perspectiva de elevação da competitividade nacional apontando para a consolidação da democracia e para o avanço da

qualidade de vida da população, tendo como público alvo os excluídos e desempregados (MARTINS, 2000).

Ao passo que tramitava no Congresso Nacional o projeto de criação da nova LDB, aprovada em 20 de dezembro de 1996 (Lei nº 9.394/1996), o então ministro da educação Paulo Renato Souza, apresentou ao Presidente da República, e, em seguida, à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.603/1996, adotando as recomendações do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Entretanto, o referido Projeto de Lei tornou-se dispensável, pois, como assinala Martins (2000), com a aprovação da LDB, o governo federal passou a ter o poder legal de regulamentar o Ensino Profissional por meio de decreto. Assim, é originado o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, determinando, dentre outras coisas, a separação entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico.

Assim, o Decreto nº 2.208/1997 regulamentou o inciso 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB. Os artigos 4º e 5º desse Decreto mostram claramente a preocupação com a formação para o mercado de trabalho e a desvinculação da EPT do Ensino Médio.

Art 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam *reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho*, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

[...]

Art 5º A educação profissional de nível técnico terá *organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este*. (BRASIL, 1997a, grifos nossos)

Na forma concomitante, o aluno dispõe de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições diferentes; a forma subsequente, consiste em cursos ofertados a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Destacamos que estas formas foram criticadas (e ainda o são) pelo fato de não permitir a integração entre o Ensino Médio e o Profissional.

Ainda em 1997, o governo FHC lançou a Portaria nº 646/1997 (BRASIL, 1997b), que

viabilizou a implementação dos princípios do Decreto nº 2.208/1997 na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Conforme o artigo 3º dessa Portaria, fica definido que “As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter o ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997 [...]” (BRASIL, 1997b). Dessa maneira, fica limitada a oferta de Ensino Médio nas instituições federais, incentivando a abertura de cursos prioritariamente profissionalizantes.

O Decreto nº 2.208/1997 e a Portaria 646/1997, foram bastante criticados por pesquisadores do campo dos estudos sobre trabalho e educação, visto que, para eles, esses documentos aprofundaram a dualidade entre as ofertas de uma educação para as elites e outra para os trabalhadores. Portanto, ao invés de formar um trabalhador com uma formação ampla, omnilateral, formava-se um sujeito voltado apenas para as demandas do mercado de trabalho, acentuando a histórica separação entre trabalho e educação.

O Decreto 2.208/1997 foi extinto, em 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº. 5.154/2004, trazendo a possibilidade da articulação entre o Ensino Médio e o Técnico. No seu artigo 4º está previsto que, “A educação profissional técnica de nível médio, [...] será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio [...]”. E ainda, no mesmo artigo, inciso 1º, define que a forma integrada será “oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno” (BRASIL, 2004). Porém, cabe salientar que o governo Lula manteve as formas concomitante e subsequente estabelecidas pelo governo anterior, o que lhe rendeu várias críticas.

A possibilidade de articulação entre o Ensino Médio e o Técnico é um importante diferencial entre os Decretos nº 2.208/1997 e nº 5.154/2004, pelo fato de este último possibilitar a formação humana integral, uma vez que procura superar a dualidade do saber pensar e do saber fazer e a dicotomia entre as formações para a cidadania e para o mercado de trabalho. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 37), o Decreto nº 5.154/2004, mesmo com alguns paradoxos, “é a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a

a diversidade própria da realidade [...]”. E mais, os autores entendem que, mesmo em termos formais, o Decreto nº 5.154/2004 busca restabelecer as condições políticas, jurídicas e institucionais que se pretendia desde a disputa da LDB de 1980, e afirmam que, doravante, a resolução dessa disputa poderá encaminhar para a consolidação ou superação do dualismo na educação do Brasil.

### **Ensino técnico de nível médio na forma concomitante: as pesquisas disponíveis no catálogo de teses e dissertações da CAPES**

Considerando que o Ensino Médio Concomitante é uma realidade de muitas instituições de EPT (públicas e privadas) há duas décadas, procuramos conhecer como essa oferta tem sido tratada nas pesquisas no campo da Educação Profissional e Tecnológica. Assim, em um primeiro momento, em janeiro de 2018, realizamos a pesquisa no Portal de Periódicos da Capes, utilizando o descritor Ensino Médio Concomitante, sem o uso de aspas. A partir disso, pudemos encontrar 365 artigos. Optamos por realizar a pesquisa sem o uso de aspas, para termos uma dimensão sobre o que estava sendo produzido acerca da temática. A partir da leitura desses resumos, constatamos que muitos eram repetidos e não diziam respeito ao objeto do nosso estudo. Diante disso, foi possível delimitar de 365 para 17 resumos. Visto que, nestes o descritor “Ensino Médio Concomitante” anunciava uma semelhança com os objetivos propostos neste trabalho.

Nesses 17 artigos, lemos os resumos e as palavras-chave e percebemos que as discussões se concentraram entre as seguintes temáticas: história da Educação Profissional, políticas educativas para Educação Profissional, formação para os profissionais que atuam nesse nível de ensino e Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. Dentre estes temas, o Ensino Médio Concomitante, foco da nossa pesquisa, não se apresentou, nestes 17 artigos, como elemento central desses artigos. Ele aparecia apenas para fazer referência a um certo contexto ou situação que o autor desejava comentar. Diante disso, resolvemos reiniciar a nossa busca, mas, dessa vez, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. A investigação ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2018.

Nessa nova etapa, inicialmente, buscamos selecionar as dissertações e teses a partir do descritor Ensino Médio Concomitante, sem o uso das aspas. A seleção foi realizada, a partir da leitura dos títulos, por compreendermos, com base em Ferreira (2002, p. 261) que em geral, “[...] eles anunciam a informação principal do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo”, entretanto, não obtivemos êxito, haja vista que nenhum título possuía o termo Ensino Médio Concomitante.

Num segundo momento, passamos a selecionar os trabalhos a partir do termo “Ensino Médio Concomitante”, com o uso das aspas, por se tratar de uma forma de melhor delimitar a busca sobre um determinado tema. Foram encontradas 08 (oito) dissertações, das quais, 07 (sete) estavam disponíveis para *download* (Quadro 1).

**Quadro 1: Relação das dissertações sobre Ensino Médio Concomitante disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes**

ANO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2000	Reforma do ensino agrícola: ensino médio profissionalizante ou pós-médio profissionalizante?	RAMOS, C. E. P.	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
2005	Estudo de equipamentos agrícolas no ensino de Física: uma proposta para trabalho em escolas Agrotécnicas.	SANTINI, N. D.	Universidade Federal de Santa Maria.
2006	O papel da experimentação no estudo do solo através do ensino de Química: relações entre ensino e aprendizagem numa perspectiva construtivista.	CASAGRANDE, E. C. M.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
2007	Jovens atores sociais em interlocução com o mundo do trabalho: possíveis mediações são feitas pela escola de ensino médio?	BATISTA, F. S.	Universidade Estácio de Sá (RJ).
2009	Física dos Biodigestores: contextualizando o ensino de Física para alunos do curso Técnico Agrícola	SCARPARI, D. O.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2009	A Educação Física no ensino Agrícola Federal do Rio Grande do Sul: um estudo a partir da pedagogia crítico-social dos conteúdos	ROSSETTO, L. V.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
2014	Um modelo de gestão educacional profissional no ensino médio em horário integral	SOARES, E. D.	Universidade Federal de Juiz de Fora.
2014	A utilização dos tablets na aprendizagem ativa buscando o aprimoramento nas competências exigidas no ENEM	VICHINSKY, W. G.	Universidade Cruzeiro do Sul (SP).

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Como podemos perceber, nenhum dos títulos das 7 dissertações encontradas faz menção direta ao Ensino Médio Concomitante. Na verdade, os trabalhos surgiram na nossa busca apenas porque, em alguns lugares dos textos dessas dissertações, há a expressão “Ensino Médio Concomitante”. Isso se evidenciou após fazermos o *download* dessas 7 dissertações.

De posse dos textos completos, realizamos, inicialmente, uma leitura dos resumos, visto que os títulos não eram esclarecedores. Contudo, essa leitura não foi suficiente para obtermos as informações necessárias para análise dos trabalhos. Em função disso, foi necessária a leitura das introduções e das metodologias usadas pelos pesquisadores para termos uma maior clareza a respeito desses estudos.

Após esse procedimento, percebemos que as 7 dissertações encontradas não tiveram o Ensino Médio Concomitante como objeto central de investigação, mas apenas como universo de pesquisa dos mestrados ao utilizarem, como sujeitos de investigação, os estudantes do Ensino Médio na forma Concomitante de um determinado curso técnico de alguma instituição de EPT.

Nessas leituras, procuramos analisar como o Ensino Médio Concomitante era tratado nessas pesquisas acadêmicas. Logo, nossa curiosidade era saber qual o posicionamento assumido pelos autores das dissertações, que bases teóricas utilizam, e se havia críticas ou

defesas desse tipo de oferta de Educação Profissional. Infelizmente, não conseguimos esclarecer nenhum desses questionamentos, pois constatamos que, nas dissertações investigadas, os autores não fazem análises críticas a respeito da concomitância entre a formação profissional e o Ensino Médio, nem produzem discussões teóricas acerca dessa forma de articulação prevista na LDB. Portanto, a concomitância aparece apenas uma peça no cenário, um elemento sem centralidade.

Sobre as discussões tratadas pelas 7 dissertações, 3 têm como objetivo central a relação entre teoria e prática, a ludicidade como fator importante para o processo de ensino e aprendizagem e a contextualização para uma aprendizagem mais significativa, a saber: “A utilização dos *tablets* na aprendizagem ativa buscando o aprimoramento nas competências exigidas no ENEM” (VICHINSKY, 2014), “Física dos biodigestores: contextualizando o ensino de Física para alunos do curso técnico agrícola” (SCARPARI, 2009) e “Estudo de equipamentos agrícolas no ensino de Física: uma proposta para trabalhar em escolas agrotécnicas” (SANTINI, 2005).

Duas dissertações concentram seus objetivos na relação entre ensino e aprendizagem com abordagem nas tendências pedagógicas que norteiam a didática docente. São elas: “O papel da experimentação no estudo do solo através do ensino de Química: relações entre ensino e aprendizagem numa perspectiva construtivista” (GRANDE, 2006) e “A Educação Física no Ensino Agrícola Federal do Rio Grande do Sul: um estudo a partir da pedagogia crítico-social dos conteúdos” (ROSSETTO, 2009).

Uma dissertação tem como objetivo analisar a implementação da política pública no ensino médio integral: “Um modelo de gestão educacional profissional no ensino médio em horário integral” (SOARES, 2014). Outro estudo objetivou entender como os alunos concluintes de Ensino Médio estão dialogando com o mundo do trabalho: “Jovens atores sociais em interlocução com o mundo do trabalho: possíveis mediações são feitas pela escola de ensino médio?” (BATISTA, 2007).

Quanto à regionalidade, de acordo com o Quadro 01, a região sudeste lidera a produção de dissertações que têm como cenário o Ensino Médio Concomitante, com 05

trabalhos encontrados, seguido pela região sul, com 02 trabalhos. Possivelmente, isso esteja relacionado ao fato de ser nessas regiões o grande destaque na oferta da forma concomitante.

Os dados encontrados nesta pesquisa também nos mostram que as instituições públicas foram as que participaram em maior proporção na contribuição das discussões em torno da temática “Ensino Médio Concomitante”, mesmo com as limitações que apontamos anteriormente. Tendo em vista que, das 07 dissertações, 05 tem origem em universidades públicas das regiões Sul e Sudeste, seguido pelas universidades privadas com 02 trabalhos, ambas situadas na região Sudeste.

Quanto aos tipos de mestrados aos quais as dissertações foram desenvolvidas, a pesquisa nos mostra a predominância dos mestrados na área de Educação, com 04 trabalhos, seguido pelo Mestrado Profissional em Ensino de Física e o Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, com 2 trabalhos, e o Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, com 1 dissertação.

O baixo número de publicações sobre o Ensino Médio Concomitante despertou o nosso interesse em conhecer dados quantitativos a respeito da oferta dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sobretudo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. O objetivo era perceber se havia uma coerência entre a inexpressividade da produção acadêmica sobre a forma Concomitante e a sua oferta. Mediante uma verificação nos *sites* dos 38 Institutos, deparamo-nos com a seguinte realidade (Quadro 2).

**Quadro 2: Oferta do Ensino Médio nos Institutos Federais, por tipos de ofertas**

Região	Institutos	Integrado	Subsequente	Concomitante
Norte	Acre	✓	✓	
	Amapá	✓	✓	✓
	Amazonas	✓	✓	✓
	Pará	✓	✓	
	Rondônia	✓	✓	✓

	Roraima		✓	✓	✓
	Tocantins		✓	✓	✓
Nordeste	Alagoas		✓	✓	✓
	BA	Bahia	✓	✓	
		Baiano	✓	✓	
	Ceará		✓	✓	✓
	Maranhão		✓	✓	✓
	Paraíba		✓	✓	
	PE	Pernambuco	✓	✓	
		Sertão Pernambucano	✓	✓	
	Piauí		✓	✓	✓
	Rio Grande do Norte		✓	✓	
	Sergipe		✓	✓	
	Centro-Oeste	Distrito Federal		✓	✓
GO		Goiás	✓	✓	
		Goiano	✓	✓	✓
MT		Mato Grosso	✓	✓	
		Mato Grosso do Sul	✓	✓	
Sudeste	Espírito Santo		✓	✓	✓
	MG	Minas Gerais	✓	✓	✓
		Nortes de Minas Gerais	✓	✓	✓
		Sudeste de Minas Gerais	✓	✓	✓
		Triângulo Mineiro	✓		✓
		Sul de Minas Gerais	✓	✓	
		Rio de Janeiro	✓	✓	✓

Sudeste	MG	Sul de Minas Gerais	✓	✓	
		Rio de Janeiro	✓	✓	✓
	RJ	Fluminense	✓	✓	✓
		São Paulo	✓	✓	✓
Sul		Paraná	✓	✓	
	RS	Rio Grande do Sul	✓	✓	✓
		Farroupilha	✓	✓	✓
		Sul-Rio-Grandense	✓	✓	
		Santa Catarina	✓	✓	✓
		Catarinense	✓	✓	✓

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir de pesquisa nos *sites* dos IF.

Uma avaliação dos dados apresentados no Quadro 2 possibilita-nos algumas ponderações. A primeira, diz respeito ao número de Institutos Federais distribuídos por região: o Nordeste lidera, com 28,9%, seguido pela região Sudeste, com 23,6%, depois o Norte, com 18,4%, o Sul com 15,7% e o Centro-Oeste, com 13,1%. Quanto às regiões que ofertam a forma Concomitante, o Sudeste está à frente das demais, com 21,05%, seguida da região Norte, com 13,1%, depois o Sul, com 10,5%, o Nordeste com 7,8% e o Centro-Oeste com 2,63%. Os dados também nos mostram que há uma ampla oferta do Ensino Médio Concomitante nos Institutos Federais do Brasil: de 38 IFs, 19 destes, ou seja, 50% ofertam essa forma de ensino.

O elevado número de matrículas, no Brasil, nos cursos técnicos na forma Concomitante também nos leva a estranhar a baixa produção acadêmica. Percebe-se, pelos dados da Tabela 1, um número crescente (exceto a partir de 2015) das matrículas em todas as regiões brasileiras, destacando-se o Sul e o Sudeste.

**Tabela 1: Educação Profissional Técnica de Nível Médio: número de matrículas por região brasileira**

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
2010	129.724	4.067	15.116	82.051	22.872	5.618
2011	188.572	4.597	18.428	134.032	25.012	6.503
2012	240.226	8.508	21.744	167.419	34.367	8.188
2013	309.976	14.825	28.918	195.306	45.250	25.677
2014	328.525	23.248	45.274	191.364	47.045	21.594
2015	278.212	16.558	46.879	156.054	41.262	17.459
2016	329.033	14.463	43.984	201.296	52.293	16.997

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos Anuários Brasileiros de Educação Básica (2018; 2017; 2016; 2015; 2014; 2013; 2012).

Outro dado a ser mencionado é que, das 7 dissertações analisadas, apenas as regiões Sul e Sudeste apresentaram trabalhos que tinham relação com o descritor utilizado, ficando de fora as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, um dado curioso quando consideramos a expansão dos Institutos Federais por todo o país e a oferta, em todas as regiões, da forma Concomitante, embora a expressividade desta esteja realmente no Sudeste e Sul.

Face ao exposto, podemos afirmar que, diante de tal quantitativo de matrículas e de ofertas do Ensino Médio na forma Concomitante, esperávamos uma produção do conhecimento acerca da concomitância bem mais expressiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados iniciais dessa pesquisa, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, possibilitou-nos conhecer parte do que está sendo produzido, no âmbito acadêmico, sobre a Educação Profissional de Nível Médio na forma Concomitante.

Durante a pesquisa, a escassez de trabalhos a respeito do tema proposto se configurou

como um desafio a ser enfrentado, haja vista que a década de 1990 foi palco de episódios significativos para a educação do Brasil, merecendo destaque a reforma da EPT, o Decreto n.º. 2.208/1997, resultantes do aprofundamento do ideário neoliberal nas políticas educacionais e da influência dos organismos internacionais.

Quanto aos resultados, surpreendeu-nos o baixo número de pesquisas acadêmicas acerca da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Concomitante, haja vista o elevado quantitativo de matrículas nessa oferta nos Institutos Federais (em 50% deles) e, nos últimos anos, nas regiões brasileiras, como nos mostram os quadros e tabela apresentados neste texto. Cabe-nos indagar: por que o desinteresse em trazer para o debate a forma Concomitante, se ela faz parte da realidade da EPT no nosso país? Por que ela é secundarizada nas produções acadêmicas, mesmo quando elas tratam de pesquisas que ocorrem com alunos matriculados nessa oferta?

A título de hipótese para tais questionamentos, poderíamos dizer que, considerando as críticas contundentes que o Decreto 2.208/1997 recebeu (e ainda recebe) dos pesquisadores do campo da pesquisa em Trabalho e educação, é provável que esse tipo de oferta, mesmo ainda se mantendo após o fim do Decreto, seja invisibilizado pelos estudiosos desse campo, como uma ação política de dar realce ao Ensino Médio Integrado, visto, pela maioria destes, como uma possível travessia para uma educação politécnica e voltada para a formação do sujeito em sua plenitude.

## **REFERÊNCIAS**

- ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2018. São Paulo: Moderna, 2018.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2017. São Paulo: Moderna, 2017.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2016. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2015. São Paulo: Moderna, 2015.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2014. São Paulo: Moderna, 2014.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2013. São Paulo: Moderna, 2013.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o §2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997.** Portaria n.º 646, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal n.º 9.394/96 e no Decreto n.º 2.208/97 e dá outras providências. Brasília, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta a implementação do disposto no § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, Brasília, 2004.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2020.** Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz.** Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 9. n.3, p. 239-262, jul, 1993.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.) **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, dez. 2006.

**TECHNICAL PROFESSIONAL EDUCATION OF MEDIUM LEVEL IN CONNECTING  
FORM: ANALYSIS OF THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE****ABSTRACT**

In 1997, enters into force, approved by President Fernando Henrique Cardoso, Decree no. 2,208, which reformed the Professional and Technological Education (EPT) in Brazil. According to this Decree, the EPT, in the middle level, would be offered in two ways: concomitant and subsequent, observing the separation between vocational education and secondary education, that is, general education. In 2004, under the government of President Luiz Inácio Lula da Silva, Decree 2.208/1997 was revoked through Decree no. 5,154 / 2004, but the concomitant and subsequent forms, in addition to the integrated one, were maintained. The objective of this article is to map the production of the knowledge about the Technical Professional Education of Medium Level in the Concomitant form. For that, a state of knowledge was carried out based on the data found in the Catalog of Thesis and Dissertations of CAPES. During the research, we used the words "Ensino Médio Concomitante", with the use of quotation marks, being found 08 (eight) dissertations, but only 07 (seven) were located for reading and analysis. This survey shows us a lack of academic research on the Concomitance between professional and middle school education, since this form of articulation, foreseen in our Law of Guidelines and Bases, is present in a considerable number of public and private institutions that offer the Technical Professional Education of Middle level in Brazil, demonstrating the need for more studies and reports of experiences on this topic.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Concomitant Technical Course. State of Knowledge.

**EDUCACIÓN PROFESIONAL TÉCNICA DE NIVEL MEDIO EN LA FORMA  
CONCOMITANTE: ANÁLISIS DE LA PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO****RESUMEN**

En 1997, entra en vigor, aprobado por el presidente Fernando Henrique Cardoso, el Decreto n.º. 2.208, el cual reformó la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) en Brasil. Conforme a este Decreto, la EPT, a nivel medio, pasaría a ser ofrecido de dos formas: la concomitante y la subsiguiente, observándose la separación entre la enseñanza profesional y la Enseñanza Media, es decir, la formación general. En 2004, en el gobierno del presidente Luiz Inácio Lula da Silva, el Decreto 2.208 / 1997 fue revocado por medio del Decreto n.º. 5.154 / 2004, pero se mantuvieron las formas concomitante y subsiguiente, además de la integrada. El objetivo de este artículo es mapear la producción del conocimiento acerca de la Educación Profesional Técnica de Nivel medio en la forma Concomitante. Para ello, se realizó un estado del conocimiento con base en los datos encontrados en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. Durante la investigación, utilizamos las palabras "Enseñanza Media Concomitante", con el uso de comillas, siendo encontradas 08 (ocho) disertaciones, pero sólo 7 (siete) fueron localizadas para lectura y análisis. Este planteamiento nos muestra una carencia de investigaciones académicas acerca de la Concomitancia entre las enseñanzas profesional y el medio, ya que esta forma de articulación, prevista en nuestra Ley de Directrices y Bases, está presente en un número considerable de instituciones públicas y privadas, que ofrecen la Educación Profesional Técnica de nivel Medio en Brasil, demostrando la necesidad de más estudios y relatos de experiencias sobre ese tema.

**Palabras-clave:** Educación Profesional y Tecnológica. Curso Técnico Concomitante. Estado del Conocimiento.

---

Recebido em 03 de outubro de 2018 e aprovado para publicação em 11 de novembro de 2018.